

# BJIR

Brazilian Journal of  
International Relations

Edição Quadrimestral | volume 1 | edição nº 3 | 2012

*Contestando a "Ciência Social  
Norte-Americana": Críticas à Postura  
Conservadora das Teorias do Mainstream  
Das Relações Internacionais*

Hermes Moreira Jr.

 **Igepri**  
Instituto de Gestão Pública e  
Relações Internacionais

 **unesp**  
Universidade Estadual Paulista  
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),  
EBSCO Publishing e Latindex

## Contestando a “Ciência Social Norte-Americana”: Críticas à Postura Conservadora das Teorias do *Mainstream* Das Relações Internacionais

Hermes Moreira Jr.<sup>1</sup>

### Resumo:

A concepção de uma disciplina acadêmica sistematizada para o estudo das relações internacionais se deu atrelada à necessidade de criação de um arcabouço teórico para a compreensão da dinâmica do sistema internacional e das possibilidades de mudança ou estabilidade da ordem política nesse sistema. Nesse sentido, o objetivo deste texto é demonstrar em que medida as teorias do chamado *mainstream* acadêmico, tradicionais na análise da política internacional, ao naturalizar a conformação da ordem política internacional e minimizar o papel das disputas entre as forças sociais na constituição das relações internacionais, exercem um papel favorável à manutenção da ordem hegemônica e conservação do *status quo*. Não obstante, perspectivas contestatórias reconheceram e evidenciaram os limites das teorias do *mainstream* e preencheram a lacuna político-acadêmica contida nas teorias tradicionais de Relações Internacionais ao longo do desenvolvimento de seu campo acadêmico e institucional.

**Palavras-chave:** Teoria das Relações Internacionais; Realismo; Neo-Institucionalismo; Teoria Crítica; Construtivismo; Pós-colonialismo.

---

<sup>1</sup> Doutorando do PPGRI San Tiago Dantas UNESP/UNICAMP/PUC-SP. Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. E-mail. [hermesmoreira@ufgd.edu.br](mailto:hermesmoreira@ufgd.edu.br)

### **Disputing the "American Social Science": critical to conservative stance of the mainstream theories of International Relations**

**Abstract:**

The design of an academic discipline for the systematic study of international relations occurred tied to the need to establish a theoretical framework for understanding the dynamics of the international system and the possibilities for change or stability of the political order in this system. Accordingly, this paper aims to demonstrate the extent to which the so-called mainstream academic theories, traditional analysis of international politics, to naturalize the conformation of the international political order and minimize the role of the disputes between the social forces in the constitution of international relations, play a role in favor of maintaining the hegemonic order and preserving the status quo. Nevertheless, prospects contesting recognized and showed the limits of the mainstream theories and filled the political and academic gap contained in traditional theories of international relations during the development of their academic and institutional concepts.

**Key Words:** International Relations Theory; Realism; Neo-Institutionalism; Critical Theory; Construtivism; Post-Colonialism.

## INTRODUÇÃO

O objeto de estudo das Relações Internacionais, o internacional, por um lado, tem por característica a ausência de fronteiras fixas, com seus estudiosos cada vez mais alçando voos pelos mais distintos temas e buscando se lançar ao universalismo e à globalidade, por outro lado a produção dos instrumentos que sustentam seu padrão científico e caráter institucional não apresenta o mesmo grau de diversidade. A rigor, podemos afirmar que existe um predomínio anglo-americano no campo teórico das Relações Internacionais: os debates teórico-epistemológicos ocorrem nos periódicos norte-americanos e britânicos, onde também estão sediadas as principais editoras da área; os principais centros de pós-graduação e pesquisa estão nos Estados Unidos e Grã-Bretanha; os artigos difundidos internacionalmente são publicados em língua inglesa, assim como o idioma que predomina nos grandes eventos das principais associações; entre outros fatores que justificam a afirmação acima.

O interlocutor mais atento, e mais crítico, certamente já relacionou esta preponderância anglo-americana no campo acadêmico às condições apresentadas pelos dois países nos últimos séculos. Certamente a *pax britannica* e seu processo de dominação colonial e a ascensão política e econômica norte-americana somada ao movimento da globalização proporcionaram a disseminação do inglês como língua franca e fortaleceram as instituições acadêmicas desses países, tornando-as referência em diversas áreas de estudo. Não obstante, esse mesmo processo de consolidação de uma condição diferenciada de Grã-Bretanha e Estados Unidos no cenário internacional colocou-os diante de um dilema: compreender a ocorrência de cooperação e conflitos no sistema internacional e dominar a produção de mecanismos de estabilização deste, bem como as formas de gerar governança a esse sistema político.

Diante desse cenário, a composição institucional e a consolidação acadêmica da área de Relações Internacionais ocorrem no eixo anglo-americano, e buscam responder a demandas geradas por esses *lócus*, imprimindo características específicas à sua produção de conhecimento e gerando a reprodução de seus modelos mundo afora. Colocava-se, sobretudo a partir de sua maturidade científica datada das décadas de 1950 e 1960, uma questão que se tornara recorrente nos debates acadêmicos e epistemológicos da disciplina: seria esta, então, devido à sua concepção e constituição, uma ciência exclusivamente anglo-americana? Ou como o debate apresentado por Hoffmann na década de 1970 e que se encontra em voga até os dias de hoje: seriam, em última instância, as Relações Internacionais uma ciência social

norte-americana? (HOFFMANN, 1977; SMITH, 2000; CRAWFORD & JARVIS, 2001; WALT, 2011).

Ao longo deste texto procuraremos destacar como as Relações Internacionais se estabeleceram enquanto área do conhecimento em torno de teorias produzidas nos centros anglo-americanos, configurando um corpo teórico que buscava encontrar explicações e modelos para as demandas de seu interesse. Esse conjunto de ferramentas analíticas tornou-se conhecido como Teorias do *mainstream*, supostamente pelo seu caráter hegemônico na produção de conhecimento e elaboração de instrumentos capazes de lidar com uma dada realidade internacional.

Contudo, o próprio desenvolvimento da área e o constante diálogo com outras ciências e outros núcleos de pesquisa fora do eixo anglo-saxão, combinado às transformações ocorridas no cenário político internacional, possibilitaram o surgimento de perspectivas orientadas à contraposição e questionamento às teorias do *mainstream*. Dessa maneira, pretendemos retomar o debate sobre o papel das teorias de Relações Internacionais a partir de três versões críticas ao modelo do *mainstream* anglo-americano: a teoria crítica neogramsciana; o construtivismo; e o pós-colonialismo. A seguir, teremos instrumentos para enfrentar a questão inicial formulada por Hoffmann.

Para isso, num primeiro momento pretendemos, de maneira sucinta, descrever a constituição acadêmica da disciplina de Relações Internacionais, observando seu contexto e os atores e objetivos que influenciaram este processo. Em um momento posterior, apresentaremos, também brevemente, os pontos principais das teorias do *mainstream* das Relações Internacionais, tradicionalmente o Realismo e o Neo-realismo, ou realismo estrutural, e o Neo-Institucionalismo Liberal. Por conseguinte, será nossa proposta demonstrar a validade da utilização de ferramentas metodológicas críticas para o estudo e compreensão da política internacional, apresentando como a Teoria Crítica aplicada aos estudos das relações internacionais e os chamados estudos neogramscianos são capazes de fornecer respostas às questões deixadas de lado pelas teorias tradicionais; como a virada sociológica nas ciências sociais, na década de 1980, permitiu à perspectiva construtivista contestar a racionalidade dos princípios positivistas; e como a leitura pós-colonial pretende desmistificar a naturalidade da condição do “norte” como gerador de conhecimento e do “sul” como seu consumidor.

Longe de esgotar o debate sobre essas possibilidades, esperamos poder contribuir com reflexões acerca da compreensão da política internacional. Principalmente aquelas que se

pretendam fazer em perspectiva histórico-analítica, observando o duplo movimento constante dos processos do sistema internacional, que se articula e se configura entre as realidades domésticas dos Estados e as condições de atuação dentro das estruturas do meio internacional.

## 1 O ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As relações entre os povos e as nações, seja a partir das relações comerciais ou dos conflitos, é objeto de estudo desde a célebre obra do general e historiador grego Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso* (séc V a.c.), passando a estar presente e receber destaque nas obras dos principais filósofos do pensamento político ocidental. Todavia, somente no período pós-Primeira Guerra Mundial se desenvolve a sistematização das análises das relações internacionais como campo autônomo do conhecimento. Período que, como demonstra Carr (2001), coloca um fim na opinião de que a guerra é um assunto que afeta unicamente soldados, e afasta de vez a impressão de que a política internacional deveria ser deixada apenas nas mãos dos diplomatas profissionais<sup>2</sup>.

Até 1914 a guerra era vista ainda principalmente como negócio de soldados e o corolário disto era que a política internacional era um negócio de diplomatas. Não havia um desejo geral de retirar a condução dos assuntos internacionais das mãos dos profissionais, nem mesmo de prestar atenção séria e sistemática ao que eles estavam fazendo (CARR, [1939], 2001, p. 4).

Neste contexto, emerge a primeira iniciativa de institucionalização do estudo das relações internacionais como campo independente. Contemplando os recursos da moderna ciência social, seu estudo sistematizado se desenvolve logo no início da década de 1920 com a criação do *Council on Foreign Relations*, com sede em Nova York, e do *Royal Institute of International Affairs*, com sede em Londres (BROWN, 1997). As relações internacionais, enquanto fenômeno, tornou-se objeto das Relações Internacionais, uma área do conhecimento específica e percebida como relativamente autônoma às demais ciências sociais.

O fato de sua concepção ter sido estimulada por delegados norte-americanos e britânicos ao final da *Conferência de Versailles* fez com que o desenvolvimento da área e de suas linhas de pesquisa acompanhasse os interesses e as perspectivas das potências

---

<sup>2</sup> Sobretudo, devido à difusão da percepção da guerra como um problema social, relacionada ao alcance e ao impacto do conflito em escala mundial, que despertou a necessidade de organização de um corpo de conhecimento capaz de compreender estes fenômenos a nível internacional (BARBÉ, 1995).

hegemônicas daquele momento. O estabelecimento da área nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha ocorreu, sobretudo, a partir do esforço de especialistas e intelectuais ligados à diplomacia desses países (SATO, 2006). Isso contribuiu para que a disciplina acadêmica de Relações Internacionais adquirisse características de análise e de explicação da realidade próprias dos países dominantes. Nesse sentido, ao considerarmos a historicidade intrínseca do processo de produção de conhecimento, corroboramos com a afirmação de Cox (1981), segundo o qual uma teoria - considerada como o elemento de maior interesse e prestígio da atividade científica - é feita por alguém para o benefício de alguém, com algum propósito. Toda teoria é interessada em um estado de coisas, seja ele político, econômico ou social.

Por regra, a fundamentação do estudo anglo-americano de Relações Internacionais teve como núcleo teórico o realismo político. Baseado na ideia central de que as atividades políticas e econômicas devem estar subordinadas à meta de sobrevivência e fortalecimento do Estado, o realismo político defende a primazia da soberania estatal, da segurança nacional e do poder militar na organização e no funcionamento do sistema internacional. Ao considerar os Estados como atores de *juris* e de *facto* das relações internacionais, transforma-os em unidades dotadas de racionalidade e interesses objetivos e universais, negligenciando aspectos relacionados às lutas e às disputas internas que conformam o pretense interesse nacional<sup>3</sup>.

Todavia, os atores internacionais, notadamente os Estados, não podem ser concebidos apenas como representações jurídicas, mas também como conjuntos formados a partir de relações sociais específicas que resultam de uma dada dinâmica material interna às sociedades. Renouvin (1964), tentando compreender as bases de funcionamento do sistema internacional, afirma que o estudo das relações internacionais fixa-se, sobretudo, em analisar e explicar as relações entre comunidades políticas organizadas em um território, isto é, entre Estados. E que cada ação é, portanto, condicionada pela interação entre três campos de influência, ou três determinantes: o campo político interno; o campo político externo; e o centro ou unidade decisória.

A sistematização do estudo das relações internacionais advém de uma necessidade específica das sociedades de pensar as realidades externas que as afetam, com o intento de

---

<sup>3</sup> Baseada no reconhecimento da estrutura anárquica do sistema internacional, os Estados devem garantir sua segurança e sua soberania para manutenção de sua existência, uma vez que a condição de fortalecimento de um estado se dá em função do enfraquecimento do outro, suplantando qualquer possibilidade de confiança mútua no plano internacional. Este seria, em última instância, segundo a visão predominante dentro do realismo, o interesse nacional de todos os Estados. Segundo Wight (2002), a teoria realista das relações internacionais é, principalmente, uma teoria de sobrevivência.

interferir no desenrolar desses processos de forma a administrá-los. A intensidade dos fluxos migratórios, o aprofundamento das relações comerciais, o colonialismo e o imperialismo, a divisão internacional do trabalho, os conflitos por novos territórios e novas áreas de influência geopolítica e geoeconômica, o impacto global de crises financeiras, passaram a demonstrar como, independentemente de sua natureza, pacífica ou conflitiva, os movimentos externos geravam consequências de algum tipo para essas sociedades, devendo, portanto, ser analisados e compreendidos. O meio internacional torna-se um fator condicionante de importância decisiva para todas as sociedades (SATO, 2006).

Dessa forma, foi definido como objeto de estudo das Relações Internacionais os atores, acontecimentos e fenômenos que existem e interagem no sistema internacional, ou seja, além das fronteiras domésticas das sociedades. Para que essa definição alcançasse inteligibilidade e funcionalidade no plano metodológico, foi necessária a diferenciação entre dois níveis de realidades autônomas, uma interna e outra externa, que apesar de específicas, estariam de algum modo articuladas, cabendo então ao especialista compreender a natureza e as dinâmicas que emergem desta relação e fornecer parâmetros e instrumentos para a sua interpretação.

Convencionou-se tomar como marco inicial do reconhecimento das relações internacionais os eventos políticos, e suas consequências jurídicas, da chamada *Paz de Westfália* de 1648 - na qual nasce o Estado Moderno e são estabelecidos os primeiros elementos para a construção do Estado-Nação -, e a conseqüente formação do sistema europeu de Estados Soberanos. Porém, como pontuado anteriormente, as Relações Internacionais irão se firmar como disciplina e campo de estudo autônomo apenas no início do século XX, após o término da Primeira Guerra Mundial (HALLIDAY, 1995).

A produção científica e os primeiros impulsos para o desenvolvimento teórico da disciplina na área de Relações Internacionais tiveram início a partir do contexto de transição hegemônica no sistema internacional, correspondente ao declínio britânico e à ascensão norte-americana. Alguns autores apontam que esta área surge condicionada sob a orientação e leitura da realidade para o engajamento internacional dos países que a sustentaram (HOFFMANN, 1977; HALLIDAY, 1995; WALTZ, 2011). Com efeito, a perspectiva teórica de Relações Internacionais se constituiu pautada, prioritariamente, na relação entre os Estados, caracterizada por atividades de cooperação e conflito. Em outras palavras, é possível identificarmos um projeto de Estado, relacionado com a sua projeção e ação no ambiente



internacional, por parte dos países precursores tanto da institucionalização da área quanto das iniciativas de construção de teorias.

## **O MAINSTREAM DAS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

De acordo com Aron (2002), a ciência das relações internacionais não pode ignorar os vínculos entre o que ocorre no cenário diplomático e os acontecimentos de cada país. Não pode separar rigorosamente as relações interestatais das relações interindividuais que interessam a mais de uma unidade política. Porém, tradicionalmente, as relações entre os Estados – as relações propriamente interestatais – foram o que constituíram, por excelência, a especificidade do campo das Relações Internacionais.

Os pilares que sustentam a disciplina acadêmica de Relações Internacionais têm suas bases fixas no realismo político. O núcleo básico do realismo se pauta no Estado como único ator relevante para as relações internacionais, sendo este detentor de poder soberano caracterizado pela sua racionalidade, incorporando no centro das análises da política internacional o tradicional conceito de *raison d'état*<sup>4</sup>. Como afirma Waltz (1979), os Estados não são e nunca foram os únicos atores internacionais, mas as estruturas da política internacional são definidas não por todos os atores que florescem dentro delas, mas pelos mais importantes.

Esta concepção estadocêntrica funcionou como premissa metodológica para a produção das primeiras teorias de Relações Internacionais. Mais do que meros instrumentos para reconhecer e desvendar os fenômenos internacionais, estas teorias se transformaram rapidamente em verdadeiros guias para a ação política, fundamentando estratégias políticas e dirigindo práticas diplomáticas das principais nações do sistema.

Diga-se em primeiro lugar, que a teoria não é uma abstração. Mesmo nos casos de maior abstração, a teoria não existe como fim em si mesmo. A teoria tem sentido como arcabouço explicativo de realidades ou de projetos. Se não tem esta capacidade, entra rapidamente em estado de caducidade (VIGEVANI, 1995, p. 23).

---

<sup>4</sup> A razão de estado é um conceito que se refere à política desenvolvida a partir do estabelecimento do sistema de estados europeu westfaliano. Nela, a busca pelo bem-estar do estado justificava os meios empregados para alcançá-lo, fazendo com que o interesse nacional de seu país suplantasse a noção medieval de valores morais universais como princípio funcional da política (KISSINGER, 1994).

A longevidade do realismo na ciência política, baseada nos escritos clássicos de Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes e Max Weber, leva à definição da teoria realista como a teoria clássica e tradicional das Relações Internacionais, tornando-a referencial e interlocutor preferencial de contestação e debate no campo acadêmico. Não obstante, a teoria realista das Relações Internacionais começa, de fato, a ser sustentada e aplicada, de modo consistente, como vetor do pensamento político das relações internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial. Com a obra clássica de Hans Morgenthau, *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, publicada originalmente em 1948. Este livro tornou Morgenthau em um dos mais importantes e influentes teóricos das Relações Internacionais. É com ela que o realismo adquire *status* de teoria, por excelência, da política internacional (HOFFMANN, 1959). Sua obra não só contribuiu para a consolidação do realismo como tradicional ferramenta de **análise** da política internacional, mas se refletiu, principalmente, nas **formulações** da política externa dos Estados Unidos em grande parte da segunda metade do século XX.

Nenhum estudo sobre política – e certamente nenhum estudo sobre política internacional realizado nas décadas finais do século XX – poderá ser visto como desprovido de interesse, no sentido de ser capaz de fazer uma separação entre conhecimento e ação, e prosseguir na busca do conhecimento em si mesmo (MORGENTHAU, 2003, p. 42).

Para Morgenthau (2003, p. 4-23), a teoria realista da política internacional deveria se guiar a partir de seis princípios básicos, aqui resumidos:

1. A política é governada por leis objetivas que tem origem na natureza humana. Deste modo, para que a sociedade melhore, é necessário o conhecimento prévio destas leis.

2. O interesse dos Estados no sistema internacional é sempre definido em termos de poder. Este conceito nos ajuda a compreender a política como esfera autônoma de conhecimento. Ele determina ainda as prioridades e o comportamento do Estado, que busca atingir seus objetivos.

3. A noção de interesse é constante ao longo da história, porém o tipo de interesse que determina a forma e a ação política de um Estado varia de acordo com os contextos político e cultural do local onde são formulados.

4. Os princípios morais universais não devem ser aplicados às ações dos Estados, devendo ser julgados e analisados a partir das circunstâncias de tempo e lugar. A política internacional possui suas próprias leis morais.

5. As aspirações de uma Nação não devem ser revestidas nem identificadas com os preceitos morais universais. Deve haver racionalidade e objetividade sempre.

6. A esfera política é autônoma e independente das demais que compõem a sociedade (economia, ética, direito, religião...). Ela possui uma especificidade que não permite sua subordinação a nenhuma outra.

Seriam estes os fundamentos da política de poder, ou seja, a forma pela qual um Estado deveria conduzir a sua política externa, visando à manutenção, a ampliação ou mesmo a demonstração deste poder<sup>5</sup>. Devido à inexistência de um poder central, característica que torna o sistema um ambiente vigente sob o imperativo da anarquia, a ordem no sistema internacional se estabelecerá através de uma balança ou equilíbrio de poder entre as Nações<sup>6</sup>. É este contexto que gera uma dinâmica de competição constante entre os atores sistêmicos – os Estados – e faz com que estes busquem a manutenção de sua soberania e segurança através de suas próprias capacidades, articuladas em forma de conflito ou cooperação (KEOHANE, 1984).

A cooperação é o ingrediente incorporado pelos institucionalistas às teorias tradicionais de RI. Cientes do papel que as Organizações Multilaterais e as empresas transnacionais passariam a exercer no sistema internacional, sobretudo após a consolidação da Comunidade Econômica Europeia e a recuperação das economias japonesa e alemã, novos instrumentos seriam elaborados para fornecer respostas ao quadro do cenário internacional, que observava a economia política ocupar espaço na área anteriormente restrito aos estudiosos das guerras e dos conflitos militares.

The rubric for this era of increasing transboundary activity is variously called “internationalization” or “globalization.” This is not an unprecedented development. International financial markets were highly integrated at the end of the nineteenth century—perhaps even more so than they have been since, at least until very recently. Trade flows were also much higher at this time than for most of the twentieth century. New technologies have opened new opportunities, but it is not evident how they will affect the control and authority structures in state and society. How extensively national policies and practices will be reshaped by globalization—and how effectively institutions will resist such pressures—remains to be seen. Such research will focus again on issues of the relationships that have been central to the literature of the last thirty years: between wealth and power, states and markets,

---

<sup>5</sup> Ainda de acordo com Morgenthau (2003), a política de poder pode ser colocada em prática sob três formas de ação: 1 – **política de defesa e manutenção do status quo**: um Estado, privilegiado por sua posição, luta para que não ocorram modificações no sistema internacional, preservando assim seu poder e soberania; 2 – **política de imperialismo**: as Nações em ascensão procuram mudar a estrutura de poder vigente, causando uma ruptura no *status quo*, a fim de adquirir mais poder. Esta versão geralmente conduz a uma política imperialista. 3 – **política de prestígio**: um país, por meio de ostentação e ritualização, procura mostrar o poder que possui, com o intuito de manter ou ampliá-lo. Esta política é normalmente uma forma para que as outras duas políticas atinjam seus objetivos.

<sup>6</sup> Na ausência de um poder superior central que governe as relações internacionais, a teoria realista identifica o autointeresse e a autoajuda como condições principais da atuação dos Estados na política internacional. Em virtude disso, os realistas estruturais afirmam que a preponderância solitária de uma grande potência se trata de uma fase de transição, que retornará ao equilíbrio assim que uma coligação das outras potências restaurar a balança multipolar (WALTZ, 1979).

interests and institutions, the international political economy and domestic politics (KATZESTEIN, KEOHANE, KRASNER, 1998, p 684).

Buscando demonstrar que a cooperação tende a beneficiar ambos os lados quando há ligação de assuntos de interesse dos Estados a partir das vantagens da reciprocidade difusa, a teoria neo-institucionalista liberal questiona a premissa, defendida pelos realistas, de que os Estados só seriam levados à cooperação se tivessem a certeza de garantir ganhos absolutos (MEARSHEIMER, 1994). Como apresentam em seu debate em defesa das instituições internacionais Keohane e Martin:

Realists interpret the relative-gains logic as showing that states will not cooperate with one another if each suspects that its potential partners are gaining more from cooperation than it is. However, just as institutions can mitigate fears of cheating and so allow cooperation to emerge, so can they alleviate fears of unequal gains from cooperation. Liberal theory argues that institutions provide valuable information, and information about the distribution of gains from cooperation may be especially valuable if the relative-gains logic is correct. Institutions can facilitate cooperation by helping to settle distributional conflicts and by assuring states that gains are evenly divided over time, for example by disclosing information about the military expenditures and capacities of alliance members. (KEOHANE; MARTIN, 1995, p. 45).

Vale dizer, que a despeito de reconhecer a importância de atores não-estatais no processo de transnacionalização das relações internacionais e desmistificar a relação direta entre a anarquia e o conflito, a teoria Liberal Neo-Institucionalista adota como pressuposto de sua construção ontológica e teórico-epistemológica a racionalidade dos agentes estatais como condição intrínseca à sua constituição, como fora percebido e questionado nos debates posteriores (WENDT, 1987; LAPID, 1989; WENDT, 1992; CHECKEL, 1998; ONUF, 2002) entre os chamados racionalistas e reflexivistas<sup>7</sup>.

Não obstante as crises econômicas globais desencadeadas pelo choque do petróleo no Oriente Médio corroborassem com a tese da interdependência complexa, para acompanhar o processo político do cenário internacional e continuar respondendo às funções para as quais ela fora criada, a teoria realista se orientou para um processo de revisão e atualização, recebendo um tratamento cientificamente sistemático e rigoroso.

Buscando se recompor após o impacto das obras de liberais institucionalistas e autores da economia política na década de 1970 (KEOHANE; NYE, 1971; GILPIN, 1971; COX,

---

<sup>7</sup> Em discurso proferido para a convenção anual da *International Studies Association*, Robert Keohane (1988) procurava contrastar duas abordagens para o estudo das relações internacionais, que em seu texto foram denominadas racionalista e reflexivista. Grosso modo, enquanto a primeira, herdeira do positivismo, salientaria a distinção entre fatos e valores, a busca constante por regularidades no mundo social, a utilização de metodologias semelhantes às das ciências naturais e a avaliação do conhecimento pela validação empírica e falseabilidade, a segunda centraria suas atenções em como a subjetividade humana e as relações de poder, por exemplo, impactam a produção do conhecimento sobre o mundo.

1971; KEOHANE; NYE, 1977), a retomada dos argumentos realistas surge com a publicação de *Theory of International Politics*, de Kenneth Waltz, em 1979, inaugurando o chamado *neorrealismo*, ou *realismo estrutural*. Waltz revigora os argumentos realistas clássicos separando a discussão da política internacional dos processos políticos domésticos e da subjetividade dos indivíduos. O autor propõe que a análise da política internacional ocorra a partir de uma teoria sistêmica estrutural, que consiste em uma teoria baseada na própria estrutura do sistema, responsável por fornecer um arcabouço dentro do qual se processam as relações entre os Estados. A partir desta perspectiva, as teorias de Relações Internacionais tentam sustentar que ocorre de forma cada vez mais clara a distinção entre as esferas doméstica e internacional da política de um Estado, e a independência entre elas.

De acordo com a perspectiva neorrealista, a estrutura é a componente alargada do sistema que torna possível pensar o sistema como um todo. Segundo Waltz,

[...] as definições de estrutura devem abstrair-se das características das unidades, do seu comportamento e das suas interações (...) estes assuntos têm de ser omitidos de forma a que possamos distinguir entre variáveis ao nível das unidades e variáveis ao nível do sistema (2002, p. 114).

Portanto, as questões estruturais são questões sobre a organização das partes de um sistema. A estrutura é fundamentalmente distinta das ações e das interações dos Estados, que devem ser abstraídas das análises na política internacional.

Abstrair-se dos atributos das unidades significa deixar de lado questões sobre os tipos de líderes políticos, instituições econômicas e sociais, e compromissos ideológicos que os Estados possam vir ter. Abstrair-se das relações significa deixar de lado questões sobre as interações culturais, econômicas, políticas e militares dos Estados (WALTZ, 2002, p. 114).

Nesse sentido, a prerrogativa neorrealista parte do princípio que os padrões e comportamentos dos Estados nos sistemas políticos internacionais derivam dos constrangimentos estruturais do sistema. Sendo assim, os atores agem no sistema internacional de acordo com a estrutura que os constrange, a partir da percepção de como ela serve para recompensar alguns tipos de comportamento, e penalizar outros.

A influência da estrutura do sistema internacional nas ações dos Estados gera uma dinâmica própria, a dinâmica sistêmica, que independe dos domínios econômico, político e social internos às unidades. Esse modelo leva a que cada Estado aja no sistema internacional

de acordo com as condições oferecidas pela estrutura para atingir seus objetivos e interesses nacionais. No entanto, como demonstra Gilpin (2002), quando muitos Estados perseguem objetivos independentes e não coordenam suas políticas, essas políticas podem conflitar entre si, de forma que todos sofram mais do que se tivesse havido uma cooperação.

Desta possibilidade de conflitos generalizados decorre mais uma perspectiva complementar ao realismo para fundamentar as bases da política internacional, a Teoria da Estabilidade Hegemônica. Segundo esta teoria, a estabilidade só seria alcançada caso houvesse uma potência hegemônica que assumisse a liderança do sistema. Fundamentada na ideia de que a ordem internacional precisa de um poder mantenedor de última instância para evitar a eclosão de grandes crises econômicas ou conflitos políticos, seus defensores afirmam que estabilidade só está garantida mediante regimes em que essa potência hegemônica estiver no poder para gerar uma ordem estável. Caso contrário, o sistema está fadado a ruir (KINDLEBERGER, 1973). Para evitar esta situação, o poder hegemônico deseja estabelecer e manter as normas e regras da ordem internacional, orientando sua hegemonia na crença generalizada em sua legitimidade e, ao mesmo tempo, na necessidade de mantê-la<sup>8</sup>. Segundo Vigevani,

[...] os atores não se movem de forma autônoma no cenário internacional. Isto é, partem de seus interesses, mas suas escolhas são também respostas a ações de parceiros, adversários e inimigos na arena mundial (1995, p. 15).

Observado esse princípio, a ligação existente entre a teoria realista e a orientação dos formuladores da política exterior dos Estados parece emblemática para demonstrar a relação da teoria com a práxis política. Fica claro, assim, que a preocupação em desenvolver estudos para os arranjos da ordem do sistema internacional não ficou apenas na origem da disciplina, mas se atualizou de acordo com as necessidades surgidas no contexto de evolução do sistema internacional.

---

<sup>8</sup> De acordo com seus formuladores, uma potência hegemônica deve ser responsável para estabilizar a ordem internacional. As premissas básicas da teoria da estabilidade hegemônica são: 1) para que a economia mundial seja estabilizada, deve haver um país estabilizador que deve garantir uma vida internacional estável, liberdade dos mercados e coordenar as políticas econômicas nacionais; 2) a estabilidade do sistema tende a ser ameaçada, no longo prazo, pela ação de países *free-riders*, cujo comportamento acaba minando a posição do *hegemon*; 3) na ausência de uma potência liberal dominante, é muito difícil seguir mantendo a cooperação econômica alcançada previamente. Por isso, o declínio do poder hegemônico tende a ser seguido pela deterioração dos bens públicos que ele fornecia à comunidade internacional (KINDLEBERGER, 1973; GILPIN, 1981).

## AS FORÇAS SOCIAIS E A CRÍTICA AO *MAINSTREAM*

Analisando a questão do interesse estatal, a teoria realista das Relações Internacionais não considera relevante examinar como a política doméstica influencia o processo de formulação da política externa, pois a lógica do interesse nacional é sempre a mesma para todos os Estados, independente das condições históricas e materiais.

Desde a perspectiva de Carr (2001), em que a política internacional orienta-se, e sempre se orientará, pelo poder dada a natureza humana, até os escritos de Waltz (1979), em que a estrutura sistêmica é o condicionante das ações dos atores internacionais, é possível perceber como a teoria realista das Relações Internacionais não é suficiente – ou realmente não pretende ser – para avaliar a correlação de forças sociais que interferem na atuação dos Estados na política internacional. Conforme aponta Vigevani:

[...] a compreensão dos mecanismos de tomada de decisões, entre possíveis opções, implica o estudo de interesses, públicos e privados. Em outras palavras, o regime decisório não implica apenas regras e procedimentos assentados internacionalmente, mas também o reconhecimento do terreno mediato e imediato sobre o qual se está atuando (1995, p. 15).

Denota-se, portanto, que há uma lacuna deixada, intencionalmente ou não, pelas teorias realistas no que diz respeito ao papel que os conflitos entre as forças sociais domésticas exercem na formulação da política externa dos Estados, determinado pela interação entre as esferas doméstica e internacional (ROSS, 2004).

A guerra, a paz, os conflitos e a cooperação são manifestações de uma realidade subjacente, mais profunda. Como bem analisa Wallerstein (1984), a posição dominante de algumas sociedades, bem como a posição subordinada de outras, nada mais é do que o resultado do desenvolvimento histórico dessas sociedades e da lógica da produção e das relações econômicas existente entre elas no sistema mundial moderno. Não se trata, portanto, de uma realidade natural e estática.

Ao passo que os realistas observam como os Estados se relacionam de forma conflitiva ao tentar maximizar seus interesses nacionais, a perspectiva crítica de análise da política internacional reconhece como forças em conflito, ao tentar maximizar seus interesses particulares, se sustentam sobre os Estados, as instituições internacionais, os partidos políticos e os demais grupos sociais. Desse modo, apreende-se que a estrutura interna de um país,

sócio-econômica, política e cultural, é determinante ao seu comportamento internacional e à formulação de sua política externa.

Deve-se, assim, reconhecer o sistema internacional como um espaço ordenado segundo interesses individuais ou de classes, que de acordo com a correlação de forças momentânea tentam impor suas normas e valores como representação do consenso. A ordem do sistema, portanto, é determinada pela interação destas forças, e não forjada por uma estrutura previamente concebida que inibe e condiciona as ações dos Estados na esfera internacional. Os atores internacionais não são meras representações jurídicas, mas conjuntos formados a partir de relações sociais específicas constituídas historicamente que resultam de uma dada dinâmica material interna às sociedades.

De acordo com esta leitura, o sistema internacional é produto de fatores, prioritariamente, econômicos, e um espaço de conflito de acordo com os interesses em disputa pelas classes. A compreensão da realidade política internacional deve considerar contradições inerentes aos fenômenos políticos de cada sociedade nacional (HALLIDAY, 1999). Para atingir esse propósito, toda teoria de relações internacionais deve implicar um estudo e reconhecimento da política interna e das características intersubjetivas de sua sociedade antes de se debruçar sobre as questões de política externa dos Estados.

Nesse sentido, a Teoria Crítica, o Construtivismo e o Pós-colonialismo aplicados ao estudo das Relações Internacionais podem ser utilizados como ferramenta teórica de explicação e interpretação da realidade doméstica e internacional. Já que tem por objetivo explorar as conexões complexas existentes entre uma anarquia formal entre os Estados e uma hierarquia econômica, social e cultural entre as classes sociais destes Estados. Sobretudo, pois prescinde da distinção rígida entre a esfera interna e a esfera externa, entre a política doméstica e a política internacional. Sua análise que leva em conta o desenvolvimento das forças produtivas, das atividades econômicas, da dominação simbólica e do reconhecimento das identidades como base das mudanças históricas, critica o positivismo e o anti-historicismo característico do *mainstream* racionalista, seja ele realista ou institucionalista liberal.

## **A TEORIA CRÍTICA E A PERSPECTIVA NEOGRAMSCIANA**

Conforme afirma Ramos (2005), a Teoria Crítica aplicada às Relações Internacionais rejeita o reducionismo, adotando uma concepção historicamente embasada na totalidade dialética de agentes e estrutura, levando a uma rejeição do positivismo. Coloca-se, dessa



maneira, como instrumento importante de análise da realidade internacional, capaz de se contrapor como campo teórico à tradicional e conservadora teoria realista, e contribuir para uma perspectiva crítica e de ação voltada à mudança do cenário político internacional, ao contrário do que defendem os liberais institucionalistas.

O estudo e a interpretação das relações internacionais centrada nas limitações do paradigma estatal e suas interações não oferece instrumentos para a projeção correta das transformações internacionais devido à ausência da avaliação das possibilidades de mudança nos interesses externos dos Estados em função dos interesses daqueles que ocupam a posição de liderança nacional. Em outras palavras:

[...] a política externa de um país se dá em função dos interesses de classe no interior desse país e da luta de classes que aí se manifesta. Os conflitos entre Estados não são, portanto, mais do que a expressão e a consequência da estrutura socioeconômica dos diversos países (BRAILLARD, 1990, p. 121).

Como observa Gonçalves (2004), o que se denomina ciência das Relações Internacionais é apenas uma narrativa, que se impôs sobre todas as demais possíveis, em virtude do poder detido por aqueles que a elaboraram. Não obstante, seu desenvolvimento autônomo enquanto área do conhecimento proporcionou debates dentro da disciplina. A partir da década de 1980, a leitura dos teóricos da Escola de Frankfurt<sup>9</sup> e de seus herdeiros teve particular importância no mundo acadêmico das Relações Internacionais. Se esta tradição não foi responsável pela inauguração de novos projetos de pesquisa, teve participação fundamental na formulação de uma crítica epistemológica à tradição positivista que dominava a disciplina.

No contexto da Guerra Fria e da bipolarização do sistema internacional, questões relativas à ordem interna dos Estados, a despeito do impacto que geravam na esfera internacional, estavam sendo marginalizadas pelos debates teóricos da disciplina. Nesse

---

<sup>9</sup> A Escola de Frankfurt se trata de um grupo de pensadores que, na década de 1920, buscavam desenvolver uma teoria crítica da sociedade, capaz de analisar a realidade social de um ponto de vista mais complexo e multifacetado do que o proposto pela ortodoxia marxista daquele período. Os teóricos mais destacados foram Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamim e Herbert Marcuse. Assistente de pesquisa de Adorno no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, na chamada Segunda Geração de Frankfurt, Jürgen Habermas é um dos mais importantes pensadores contemporâneos vinculados à Escola.

sentido, a Teoria Crítica apresentou-se como principal influência aos modelos de abordagem que se desenvolviam como alternativa ao debate hegemônico da época<sup>10</sup>.

Tornava-se factível a compreensão de que a interpretação do sistema internacional necessita da ampliação e da análise da totalidade social. Ademais, se concebia a introdução dos temas econômicos e históricos a partir de uma perspectiva crítica. Como sugere Rosenberg (1994), deveriam ser encontrados caminhos que possibilitassem compreender o sistema de Estados como expressão geopolítica de uma totalidade social mais ampla<sup>11</sup>.

Além do reconhecimento da ascensão de novos atores e da inserção de temas considerados marginais, esse contexto proporcionou o florescimento, desenvolvimento e fortalecimento de outras abordagens teóricas, como o estruturalismo cepalino, as Teorias da Dependência, bem como a retomada da perspectiva marxista a partir da Análise da Economia do Sistema-Mundo e da própria Teoria Crítica sob a vertente neogramsciana no estudo das relações internacionais.

A concepção realista que identifica a igualdade formal dos Estados, pois possuem isonomia nas funções, divergindo somente na capacidade de executá-las, passaria a ser contestada. Os interesses políticos e econômicos das elites dominantes, responsáveis pelas relações de dominação e dependência no cenário internacional, passariam a ser evidenciados.

[...] any theory of international relations therefore needs to begin by grasping the historical uniqueness of both sovereignty and anarchy as social forms arising out of the distinctive configuration of social relations which Marx called the capitalist mode of production and reproduction of social life (ROSENBERG, 1994, p. 172).

O emprego do método marxista tem como pressuposto a desconstrução do conceito de Estado tal qual aceito pelas correntes teóricas que compõem o *mainstream* da disciplina de Relações Internacionais. Ou seja, o marxismo começa por inverter os termos de análise, pois

---

<sup>10</sup> É importante não perder de vista o fato de que a década de 1970 é um período fundamental para a afirmação da diversidade analítica no campo teórico da disciplina de Relações Internacionais. Naquele momento ecoavam as incertezas sobre os rumos da ordem internacional frente às crises do petróleo, a fragilidade do dólar, a *détente* das relações conflituosas entre EUA e URSS, a instabilidade no Oriente Médio e na América Central e a organização de um forte movimento de inserção internacional dos países em desenvolvimento do chamado Terceiro Mundo. Somada a isso, a revolução técnico-científica nas informações e no sistema produtivo, a internacionalização da produção e a mobilidade dos fluxos de capitais colocavam em crise o paradigma realista centrado na ideia de equilíbrio baseado na balança de poder gerada pela bipolaridade, abrindo espaço, como vimos anteriormente, às perspectivas críticas.

<sup>11</sup> A corrente de pensamento emergentes deste debate pós-racionalista / pós-positivista foram capazes de incluir temas fundamentais na agenda de pesquisa de relações internacionais contemporâneas que não estavam contemplados nas discussões de segurança e política externa. Podemos destacar questões ligadas ao meio ambiente, à cultura, à desigualdade entre os Estados, à sociedade civil como ator, os ciclos hegemônicos, entre outros, com forte tendência a problematizar aspectos éticos da política internacional.

ao invés de explicar as relações internacionais partindo das relações entre os Estados, o que reconhecemos é uma narrativa convincente que desvenda as razões das estruturas sociais dominantes, fazendo derivar disso as relações de poder entre os Estados. O Estado deixa de ser o ponto de partida das análises para que se torne ponto de chegada.

Para Rosenberg (1994), a limitação analítica do realismo pode ser superada ao se partir do pressuposto de que os sistemas geopolíticos não são constituídos e não podem ser compreendidos de forma isolada e separados da realidade das estruturas de produção e reprodução da vida social.

A Teoria Crítica foi capaz de fornecer instrumentos analíticos e conceitos na construção de teorias para as relações internacionais. Sua contribuição fundamental no campo teórico das Relações Internacionais foi a postura de desmascaramento da neutralidade científica dos internacionalistas e a discussão sobre o papel dos especialistas na produção e reprodução do sistema internacional. Isso porque quando os críticos assumem a postura *marxiana* de que o estado da realidade é historicamente construído, esta afirmação se estende até a própria teoria, sendo, portanto, a teoria também uma construção do homem, inserida em seu tempo, demonstrando que a chamada ordem internacional se constrói dentro do arcabouço das relações sociais.

Isso significa que, ontologicamente, é legitimado o direito a investigação crítica da realidade, buscando identificar não mais suas regularidades — ou aquilo que é tido como natural —, mas sim as possibilidades de mudança, de superação, de rompimento com relações de dominação e exploração. Isto culminaria, portanto, na emancipação do homem da alienação, conquistando sua autonomia e liberdade. É a partir desta perspectiva que emerge a distinção entre teorias que solucionam problemas e teorias críticas. Noção introduzida no campo das Relações Internacionais, sobretudo, a partir dos trabalhos de Cox (1981).

De acordo com a análise dos teóricos críticos, esta leitura da realidade não era contemplada pelas teorias ditas tradicionais e suas posteriores reformulações, principalmente o realismo e o neorealismo, na medida em que estas consideravam a estrutura do sistema internacional impermeável a questões de ordem interna e os processos históricos envolvidos. Diminuíam-se a capacidade de compreender as *mudanças* e valorizavam-se as regularidades, o que limitava a interpretação e a análise de problemas de alcance global.

De acordo com Cox (1981), a tradição convencional da disciplina dividia a realidade social em duas esferas: a esfera do Estado, responsável pelas funções de garantia da

manutenção da ordem interna e em relação às forças externas; e a esfera da sociedade civil, responsável por regular os indivíduos e suas relações com o mercado. Neste esquema analítico, a política externa se tornava atrelada à esfera do Estado, por representar seus interesses diretos. Não obstante, a complexidade das relações entre atores e entre as esferas (Estado e sociedade civil) tornou essa divisão meramente analítica, vaga e imprecisa.

Em contrapartida, se organizava um grupo de estudiosos que buscava encontrar respostas aos eventos internacionais contemporâneos com base na análise histórica das condições objetivas e subjetivas do ordenamento social. Baseados no trabalho do pensador e político italiano Antonio Gramsci, passaram a romper com a visão estadocêntrica característica das Relações Internacionais, vendo a formação estatal e a política interestatal como momentos das dinâmicas transnacionais de acumulação do capital e de formação de conflitos de classes. Para Gramsci (2002):

[...] a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como dominação e como liderança intelectual e moral. Um grupo social domina os grupos antagonísticos que ele tende a liquidar ou subjugar, talvez até pela força das armas, e lidera os grupos afins ou aliados. Um grupo social pode e, a rigor, já deve exercer a liderança antes de conquistar o poder governamental (esse é, de fato, uma das principais condições para conquistar tal poder); posteriormente, ele se torna dominante ao exercer o poder, mas ainda que o detenha firmemente nas mãos, também tem que continuar a liderar.

A perspectiva destes estudiosos ficaria conhecida na disciplina como corrente *neogramsciana*. De acordo com Velasco e Cruz (2000), o que, sobretudo, interessa aos *neogramscianos* são as noções básicas das transformações recentes do capitalismo, que se somam para dar peso crescente a processos e forças transnacionais. Seria, portanto, necessário compreender melhor como se estruturam as relações verticais de poder na política mundial, e introduzir o conceito gramsciano de hegemonia para analisar como as ordens mundiais formam relações hierárquicas que não são necessariamente imperialistas, mas muitas vezes baseadas numa combinação de consenso e coerção.

Dessa maneira, Cox (1983) argumenta que, ao contrário da perspectiva realista, o conceito de hegemonia não deve ser entendido apenas como a supremacia dos Estados mais poderosos, mas sim como uma relação na qual a(s) potência(s) assume(m) um papel dirigente com base em uma combinação de recursos materiais, ideias e instituições que convença os demais Estados das vantagens daquela ordem para o conjunto do sistema. Logo, a hegemonia não seria pressuposta pela dominação de sociedades através de uma superestrutura política coercitiva, mas se basearia na aquiescência por parte dos grupos e setores subordinados.

A hegemonia internacional, portanto, não deve ser equacionada com um simples domínio militar ou material. Para Gramsci (1978), o conceito de hegemonia expressa uma unidade entre as forças materiais objetivas e as ideias ético-políticas – uma unidade de estrutura e superestrutura – no qual o poder, com base no domínio sobre a produção, é racionalizado por um compromisso ou consenso ideológico incorporador entre os grupos dominantes e os subordinados, seja no plano interno como no internacional. Portanto, um Estado dominante exerceria uma função de hegemonia quando liderasse o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, fosse percebido como se estivesse buscando um interesse geral. Seria esse tipo de liderança que tornaria hegemônico o Estado dominante<sup>12</sup>.

Na obra de Gramsci há um contraste entre dois tipos ideais de supremacia: a dominação, que é o exercício de poder sem a permissão crítica do governado; e a hegemonia ética, que seria uma forma de liderança moral e intelectual sobre o governado. De acordo com Cox (1983) trabalhar o conceito de hegemonia requer a compreensão de como ela envolve os processos de institucionalização e construção de legitimidade, que viabilizam o papel das classes dominantes nas esferas mais importantes da política mundial.

Em suma, segundo a perspectiva neogramsciana, a hegemonia no sistema internacional se estabelece a partir de uma relação na qual as potências assumem um papel dirigente com base em uma combinação de recursos materiais, ideias e instituições que convençam os demais Estados das vantagens daquela ordem para o conjunto do sistema. Em contraste ao que prega a teoria política realista, a hegemonia e a relação dominados/dominantes não deve ser entendida apenas em função das capacidades e da superioridade política e militar dos Estados mais poderosos.

Desta forma, as concepções realistas e neorrealistas são colocadas *em xeque*, já que há a denúncia dos limites de seus conceitos na medida em que esta abordagem concebe seu objeto, o Estado, como dado; além de prezar pela reflexão das regularidades do sistema, como por exemplo, equilíbrio de poder, *status quo*, Concerto Europeu, soberania, concepção a-histórica de interesse nacional, entre outros.

---

<sup>12</sup> Uma adaptação do conceito gramsciano de hegemonia aplicada no plano internacional, em uma tentativa de sistematização de seu pensamento para a análise das relações internacionais, é apresentada por Giovanni Arrighi: “[...] o conceito de hegemonia mundial refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas esse poder é algo maior e diferente da dominação pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da liderança intelectual e moral” (ARRIGHI, 1996, p. 27).

O conceito de hegemonia mundial inspirado em Gramsci se expressa em normas universais, instituições e mecanismos que colocam regras gerais de comportamento para os Estados e para aquelas forças da sociedade civil que atuam através das fronteiras nacionais (COX, 1983). A hegemonia é uma forma de supremacia, mas se refere a uma ordem consensual, já que a dominação por parte de um Estado pode ser uma condição importante, porém não é suficiente para o estabelecimento de uma hegemonia. Seria aquilo que Gramsci classificaria como a construção de um consenso dentro do bloco histórico

“[...] baseada em uma conjunção coerente encaixada entre uma configuração de poder material, a imagem coletiva prevalente de ordem mundial (incluindo certas normas) e uma gama de instituições que administram a ordem com uma certa aparência de universalidade” (COX, 1983, p. 233).

Dessa forma, deve haver uma congruência entre as forças sociais dos âmbitos doméstico e global para que se possa efetivar, na práxis, uma hegemonia global (RAMOS, 2005). Portanto, a hegemonia é a capacidade de converter a própria concepção do mundo, de acordo com os interesses restritos, em verdade universal<sup>13</sup>.

Para garantir sua sustentação, a hegemonia se estabelece em bases políticas, ideológicas, econômicas e culturais. Ou seja, um projeto econômico-político-social se configura como eixo que garante a adesão dos demais grupos à superestrutura consolidada, sendo, este projeto, o elemento aglutinador dos heterogêneos e, muitas vezes, divergentes, interesses de cada grupo social partícipe<sup>14</sup>. Seja pela geração de um consenso acerca da validade ética e moral desses valores, pelo estabelecimento de normas e mecanismos de enquadramento a estes valores, ou até mesmo utilizando o recurso da sanção, e em última instância, da violência, aos dissidentes e contestadores dessa “ordem natural das coisas”.

Desse modo, as unidades de análise das relações internacionais devem ser o complexo Estado/sociedade civil, seja no campo econômico-material, seja no campo ideológico-cultural.

---

<sup>13</sup> O estudo de Murphy (1994) sobre as organizações multilaterais demonstra que coalizões de Estados e forças sociais poderosas escolhem quais serão as organizações multilaterais com condições de se manter efetivas sustentando seus acordos financiando suas atividades. Dessa forma, as organizações multilaterais funcionam como correias transmissoras de valores particulares na ordem global, sobretudo por meio da transnacionalização ou internacionalização desses valores, corporificando regras dessas organizações.

<sup>14</sup> Operando na lógica da divergência de interesses, a hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais esta hegemonia será exercida, e que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica; não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci, 2002, p.48).

O estudo da política internacional não pode prescindir de um enfoque sobre a dinâmica do capitalismo mundial, tanto na formação de um sistema econômico global que abrange as finanças, o comércio e os investimentos, como na consideração da estrutura fundamental para a consolidação da ordem a partir de ideias e instituições que constroem a ação dos atores.

Cox ressalta que uma teoria segue a realidade, mas ela também precede e forma realidade. Ou seja, existe um mundo histórico real onde as coisas acontecem, uma vez que as práticas sociais mudaram através da história e da luta entre as classes e a natureza humana não é uma essência fixa, mas o conjunto de relações sociais em mudança durante o curso da história. Logo, o marxismo possibilita um método de entendimento que deve ser pensado criticamente, em relação à mudança de seus suportes materiais.

[...] pessoas em diferentes tempos e lugares foram coletivamente confrontadas em desafios que surgiam a partir de suas condições materiais de existência. Coletivamente, elas produziram diferentes formas de interpretar e responder a estes desafios através de lutas que confrontavam uma classe à outra, uma comunidade à outra. As práticas sociais que elas coletivamente elaboravam eram oriundas da religião, da organização social e política, da tecnologia. Elas abraçavam diferentes racionalidades e diferentes ordens normativas. A formação de comunidades de luta se transformou em um ponto central da política (COX, 1996, p. 21-22).

Portanto, a teoria crítica e o recurso ao materialismo histórico poderiam substituir uma forma de conhecimento abstrata, sistemática, universal e a-histórica das teorias racionalistas.

## **A VIRADA SOCIOLOGICA E O CONSTRUTIVISMO**

A década de 1980 marcou também uma nova temporalidade nos estudos das ciências sociais, marcadamente na sociologia, com a caracterização da chamada virada sociológica a partir dos estudos sobre a modernidade reflexiva (GUZZINI, 2000). Expressão difundida a partir da publicização de debate entre três renomados autores da sociologia Europeia (BECK, GIDDENS, LASH, 1997), a modernidade reflexiva busca caracterizar um novo momento social, em que as transformações da sociedade moderna possibilitam a reinvenção de relações e condições no mundo da pós-modernidade. Tomando carona nessa perspectiva de reflexividade, em que as relações não são dotadas uma naturalidade intrínseca e os caminhos não são pré-estabelecidos ou pré-determinados por estruturas rígidas, autores como Wendt, Adler, Onuf e Guzzini propõem sua aproximação com os estudos sobre a política

internacional na busca de uma alternativa que fosse caracterizada por uma contraposição às teorias tradicionais.

Ao identificar como grande fragilidade das teorias racionalistas a naturalização da precedência de um dos vetores na relação agente/estrutura, Wendt (1987) busca na teoria da estruturação a inspiração para a formulação de um novo arcabouço que ofereça a agentes e estrutura o mesmo *status* ontológico e defina sua realidade social como realidade mutuamente determinada e co-constituída. Logo, o elemento central da análise das relações internacionais deixa de ser o ator e passa a ser relações intersubjetivas estabelecidas entre os atores: agente e estrutura. Desse modo, o construtivismo passa a ser uma teoria sobre a construção da realidade social, e a intersubjetividade faz com que não se possa pensar nas relações internacionais sem levar em conta o significado que cada um dos atores tem de cada ação executada (ADLER, 1999).

O construtivismo visa romper com a premissa ontológica que garante ao Estado o *status* de ator primordial e inquestionável das relações internacionais. Bem como a concepção predominante de que suas ações se dariam em um sistema anárquico, pois a racionalidade estatal inviabilizaria qualquer outra conformação que não a do conflito de interesses nacionais (WENDT, 1992). Nesse sentido, a principal contribuição do construtivismo, como observa Guzzini (2000), está na percepção de que a política internacional não é simplesmente uma série de escolhas individuais em um ambiente naturalizado, mas uma construção social que define e constrói identidades. Sendo assim, a relação reflexiva entre os dois níveis da ação, agente e estrutura, é central para qualquer análise intersubjetiva do poder. Logo, para ele, os construtivistas devem tomar como premissa que tanto o conhecimento científico quanto o senso comum são produzidos socialmente. E se a atribuição de significados e o mundo social estão em interação, então o *status quo* político e a legitimidade da ação pública dependem fundamentalmente dessa interação.

Em poucos anos, o construtivismo passou a ser o principal desafiante das teorias do *mainstream* no debate teórico das Relações Internacionais. O conceito de identidade passou a ser reconhecido como conceito-chave e base para a explicação do processo de construção dos interesses, observando, neste sentido, que conceitos como soberania e anarquia – dados concretos ao neorrealismo e ao institucionalismo – são valores construídos socialmente pelos Estados (WENDT, 1987).

O construtivismo tem recebido atenção especial daqueles intelectuais que acreditam serem a cultura e a interação social importantes instrumentos para analisar interesses ou



preferências surgidas da convivência social dos agentes do sistema internacional. Nesta teoria, interesses e preferências são determinados por meio de processos comunicativos e de interação social, tendo como objetivo central explicações tanto teóricas quanto empíricas de instituições sociais e da mudança social com auxílio do efeito combinado de agentes e estruturas sociais (ADLER, 1999, p. 210).

Dessa forma, observa Lapid (1989), os estudos sobre fragmentação e integração de comunidades políticas e sociais, conflitos étnicos e nacionais, arranjos de cooperação internacional entre outros temas caros aos analistas de política internacional nos leva de volta ao tema da cultura, ao papel das ideias e identidades e às análises desenvolvidas de dentro para fora. Desmistificando relações de conflito e cooperação, pois não são predefinidas a partir de estruturas ou de opções pela escolha racional dos atores, como assinalam o neorealismo e o neo-institucionalismo, mas sim dependem do processo de formação de identidades entre os Estados ou entre eles e os demais atores, de uma forma que demonstre que as identidades, positivas e negativas, não são estáticas, pois o processo de relacionamento social é histórico e pode ser modificado a partir de suas inter-relações.

## **O PÓS-COLONIALISMO E AS TEORIAS NÃO-OCIDENTAIS**

O campo dos *cultural studies* nos anos 1960 e 1970 nas ciências humanas, sobretudo na literatura e na antropologia, tinha como principal problema de pesquisa a eliminação da diferenciação valorativa aplicada ao desenvolvimento das artes, da cultura e das relações sociais nas regiões do mundo pós-colonial em relação ao mundo europeu. A estas áreas, outras disciplinas logo encamparam a militância política e a produção de conhecimento científico (SAID, 1995), e discussões sobre nacionalismo, conflitos étnicos, imigração, pobreza, religião, etc., não demoraram a ganhar a agenda dos *cultural studies*. Essa diluição da fronteira entre o conhecimento científico e a militância política é um dos fundamentos da perspectiva pós-colonial (SANTOS, 2003), visto que apresenta as relações entre o “saber” e o “poder” completamente entrelaçadas.

Ironicamente, ainda que os processos de descolonização – responsáveis pelo impulso dessa área de estudos – estivessem no centro da agenda política das relações internacionais, as teorias das Relações Internacionais não foram influenciadas por esse debate. Somente a partir dos anos 1990, com a abertura da disciplina para os novos debates propostos pela agenda das

instituições multilaterais, sobretudo no sistema ONU, os estudos pós-coloniais passam a ocupar algum destaque no campo teórico da disciplina. Temas como a relação centro-periferia e debates sobre cooperação para o desenvolvimento, combate à fome e à pobreza, e a visibilidade dada aos conflitos inter-étnicos proporcionaram à área de RI vislumbrar um novo espaço de produção de conhecimento, o espaço pós-colonial.

Teria início, portanto, um processo de desconstrução e desnaturalização de visões que conformaram gerações de intelectuais no centro e na periferia, e que admitiam a relação de subordinação intelectual – consequentemente política – dos produtores de conhecimento das colônias. Com esta libertação, questões como o legado colonial para as sociedades pós-coloniais; a divisão Norte-Sul no mundo globalizado; as alternativas e esperança de vida aos cidadãos do Terceiro Mundo, ganharam força no debate das Relações Internacionais (DARBY, 2004).

Essa ruptura com os padrões tradicionais conduziu a uma reconstrução que não seria apenas político-acadêmica, mas também identitária: a possibilidade de produção de conhecimento teórico especializado em relações internacionais fora do mundo ocidental, pensar no desenvolvimento de teorias não-ocidentais de relações internacionais (ACHARYA, BUZAN, 2010). A questão “Por que não há Teoria não ocidental de Relações Internacionais?” torna-se o fio condutor desse debate. Trata-se de problematizar as dificuldades no desenvolvimento de teorias originais, fora da área de influência das teorias tradicionais, em locais que não sejam a Europa e os EUA.

Baseado na incompletude das perspectivas tradicionais do *mainstream*, estritamente fundamentadas sob a filosofia ocidental, o pós-colonialismo afirma que a atual forma de produção de conhecimento em Relações Internacionais não é suficiente à compreensão do mundo pós-colonial. As particularidades de cada país ou região daquele “mundo” colonizado são essenciais para proporcionar a compreensão do “internacional”, haja vista sua diversidade de tradições e culturas que os modelos do ocidente não dão conta de decifrar.

A perspectiva pós-colonial visa estabelecer novos termos para os debates nas Relações Internacionais, transformando a correlação de forças que identifica nas tradicionais potências ocidentais as prioridades, perspectivas e interesses da política internacional. Dessa forma, a refundação da disciplina se daria em tempos pós-coloniais, em termos de conceitos tradicionais, históricos e culturais, mas, sobretudo, universais, pós-colonizando também as Relações Internacionais (DARBY, 2004).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, as perspectivas teóricas das Relações Internacionais têm buscado explicar a cooperação e o conflito entre os principais atores do sistema internacional, a produção de mecanismos de sua estabilização e as formas como esse sistema político é governado. Dessa maneira, buscam cada vez mais se aprimorar na tarefa de identificar possibilidades de continuidade ou ruptura do *Status Quo* a partir de determinados acontecimentos. Nesse sentido, observamos que cada vez mais em busca de uma apreensão mais fiel da realidade internacional se tem procurado definir tanto a natureza da realidade política interna dos Estados, quanto reconhecer a relação dinâmica e conflitiva entre as classes e atores que compõem e disputam o controle da sociedade. Nesta perspectiva, surgiram a Teoria Crítica, o Construtivismo e o Pós-Colonialismo.

Ou seja, assume-se como pressuposto analítico não ser possível descolar a análise da política internacional da realidade interna dos Estados. As obras de Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Montesquieu, e outros, consideradas como referências na busca de compreensão das dinâmicas internacionais, indicam que há séculos as relações entre política interna e externa são levadas em consideração no estudo do internacional. Como afirma Duroselle (2000), todo ato que visa ao exterior tem um aspecto interno, portanto, toda análise e explicação das relações internacionais implica um estudo aprofundado de política interna.

Desse modo, o desenvolvimento de modelos teóricos e paradigmas sistêmicos para as Relações Internacionais devem atribuir importância às estruturas internas na mesma medida em que levam em consideração as estruturas externas aos Estados. Poucas ações internacionais são tomadas de maneira isolada, “a maior parte das teorias sobre a decisão em matéria de política externa é quase exclusivamente orientada pelos processos decisórios internos dos Estados” (STEINERT, 2000, p. 455). Por isso, ainda de acordo com Steinert (2000, p. 456), para avaliar essa influência da política interna sobre as decisões internacionais, é necessário conhecer as estruturas decisórias dos Estados, uma vez que “a existência de interesses nacionais divergentes e as demandas dos atores do ambiente interno é muitas vezes enorme”.

Para que essa avaliação seja bem sucedida, os desequilíbrios sociais e as mudanças deles decorrentes devido à luta entre as classes e ao choque das contradições inerentes aos fenômenos sociais e políticos, as relações de identidade, de dominação e subjugação, etc,

precisam ser tomados como referencial de análise. Haja vista que a base social e política das ações dos Estados no cenário internacional provêm dos interesses daqueles setores que constituem a classe hegemônica e lideram o Estado de acordo com suas demandas.

Ao contrário do que a proposta de descolamento dos planos doméstico e internacional indica, na prática é possível percebermos que esta relação entre teoria e ação política que contempla a relação entre o doméstico e o externo permeia tanto a história da área como seu desenvolvimento institucional ao tomarmos como referência os Estados Unidos. Pois foram fundamentais à afirmação da nova hegemonia internacional a consolidação e a reprodução das Relações Internacionais como campo diferenciado de atividade acadêmica nos departamentos de ciência política de suas universidades e nos diversos *think tanks* que se constituíram para o estudo da política internacional (VELASCO e CRUZ, 2000). Esse desenvolvimento teórico/acadêmico, em conexão estreita com os órgãos encarregados da formulação e implementação da política externa dos Estados Unidos funcionou, e funciona ainda hoje, portanto, como instrumento de criação de consenso intelectual e cultural, fundamental para a expansão e manutenção da hegemonia norte-americana no sistema internacional. Como observou Hoffmann (1977), o desenvolvimento das relações internacionais como disciplina nos Estados Unidos resultou de uma convergência de três fatores: predisposição intelectual, circunstâncias políticas e oportunidades institucionais. E o Estado norte-americano atuou para que essa convergência surtisse o efeito desejado.

Entender o sistema internacional e a condição hegemônica de alguns Estados em seu sentido exclusivo de força, de coerção, como buscam fazer as teorias racionalista/positivistas do *mainstream*, não permite refletir sobre as funções éticas e educadoras, ou a qualidade articulada de sociedade civil e sociedade política, e, portanto, sobre o uso combinado do consenso e da coerção nas ações hegemônicas. Por isso, se faz impreterível a existência de uma ação política consciente e a busca do consenso e da legitimidade como necessários à manutenção da hegemonia, já que uma hegemonia só logra êxito quando aspectos consensuais do sistema estão na frente, embora a coerção esteja sempre potencialmente presente (GILL, 1993).

Nesse sentido, é necessário algo além da capacidade de obter os resultados desejados associada à posse de certos recursos de poder como a posse de quantidades relativamente grandes de elementos tais como a população, território, recursos naturais, vigor econômico, força militar e estabilidade política. Portanto, a importância da compreensão e utilização do paradigma reflexivista encontrado na Teoria Crítica, no Construtivismo e no Pós-colonialismo

fornece a possibilidade de tomar o mundo como ele é, com suas relações de poder, instituições e atores, procurando identificar como as diferentes variáveis interagem. Assim, se reconhece o dever de refletir acerca de uma realidade em constante mudança, assumindo uma perspectiva que possibilite transformar tal realidade no sentido de superar as condições existentes. O reflexivismo procura oferecer modelos que auxiliem a compreender o significado dos conflitos e contradições que movem os processos históricos.

Nesse sentido, seria apropriado discordar da afirmação de Stanley Hoffman, de que as Relações Internacionais são uma ciência norte-americana. Seria correto lhe responder que os Estados Unidos consomem um modelo de ciência das Relações Internacionais que serve a seus interesses no sistema internacional, e explica a realidade desse sistema de forma conveniente a seus *policy makers* e à manutenção da ordem via *status quo*. Todavia, a dialética inerente ao desenvolvimento intelectual e material no campo do internacional permitiu a consolidação de novos instrumentos de análise, também circunscritos ao campo da disciplina de Teorias de Relações Internacionais, e que estão muito longe de serem uma ciência social norte-americana, pois são uma ciência social para compreender as relações internacionais.

Recebido em setembro/2012;

Aprovado em novembro/2012

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. (Eds.) **Non-Western International Relations Theory**. London: Routledge, 2010.

ADLER, Emanuel. **O construtivismo no estudo das relações internacionais**. São Paulo: Lua Nova N° 47, 1999.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (1. ed., 1962).

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBÉ, Esther. **Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos, 1995.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

BRAILLARD, Phillipe. **Teorias das relações internacionais**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1990.

BROWN, Chris. **Understanding International Relations**. London: Macmillan Press, 1997.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **Why International Relations has Failed as an Intellectual Project and what to do about that**. *Millennium – Journal of International Studies*, v. 30, n. 1, 2001, pp. 19-39.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Editora Universidade de Brasília e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília, 2001. (1ª. ed., 1939).

CHECKEL, Jeffrey. **The Constructivist Turn in International Relations Theory**. *World Politics*, v. 50, n. 2, 1998, p. 324-348.

COX, Robert W. **Labor and Transnational Relations**. *International Organization*. Vol. 25, No. 3, Summer, 1971. pp. 554-584.

COX, Robert W. **Social Forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory**. *Millennium - Journal of International Studies* vol. 10 no. 2, 1981. p. 126-155.

COX Robert W. **Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method**. *Millennium - Journal of International Studies* vol. 12, no. 2, 1983 p. 162-175.

COX, Robert Cox. **Realism, Positivism and Historicism**. In *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CRAWFORD, Robert.; JARVIS, Darryl. (Eds) **International Relations still an American social science? Toward diversity in International Thought**. New York: State of University New York Press, 2001.

DARBY, Phillip. **Pursuing the Political: a Postcolonial Rethinking of Relations International**, *Millennium: Journal of International Studies*, v.33, n.1, 2004.p. 1-32.

DUROSELLE, Jean B. **Todo Império Perecerá**. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

GILL, Stephen. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

GILPIN, Robert. **The Politics of Transnational Economic Relations**. *International Organization*. Vol. 25, No. 3, Summer, 1971. pp. 398-419.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: EdUNB, 2002 [1ª Ed. 1987].

GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** vols. 2, 3 e 5. In: COUTINHO, C. N. (Org.). Antonio Gramsci. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUZZINI, Steffano. **A Reconstruction of Constructivism in International Relation**. *European Journal of International Relations*, v. 6, n. 2, 2000, p. 147–182.

HALLIDAY, Fred. **International Relations and Its Discontents**. *International Affairs*, v. 71, n. 4, 1995, p. 733-746.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

HOFFMANN, 1959 S. International Relations: The Long Road to Theory. *World Politics*, Vol. 11, No. 3, 1959, pp. 346-377.

HOFFMANN, Stanley. **An American Social Science: International Relations** *Daedalus*, Cambridge, MIT Press n.106 vol. (3), 1977.

KATZENSTEIN, Peter; KEOHANE, Robert; KRASNER, Stephen. **International Organization and the Study of World Politics**. *International Organization*, v. 52, n. 4, 1998, pp. 645-685.

KEOHANE, Robert O ; NYE, Joseph. **Transnational relations and world politics**. *International Organization*. Vol. 25, No. 3, Summer, 1971. pp. 329-349.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph. **Power and interdependence: world politics in transition**. Boston: Little Brown: 1977.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert. **International Institutions: Two Approaches**. *International Studies Quarterly*, vol. 32, n°4, 1988, pp. 379-396.

KEOHANE, Robert O; MARTIN, Lisa L. **The promise of institutionalist theory**. *International Security*, v. 20, n. 1, summer, p. 39-51, 1995.

KINDLEBERGER, Charles. **The World in Depression (1929-1939)**. History of the World Economy in the Twentieth Century. Los Angeles: University of California Press, 1973.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon and Schuster, 1994.

LAPID, Yosef. **The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era**, *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 3, 1989. p. 235-254.

MEARSHEIMER, John. J. **The False Promise of International Institutions.** *International Security*, v. 19, n. 3, 1994. p. 5-49.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa e Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MURPHY, Craig N. **International organization and industrial change.** Global governance since 1850. Cambridge: Polity Press, 1994.

ONUF, Nicholas. **Institutions, Intentions and International Relations.** *Review of International Studies*, v. 28, n. 2, 2002, p. 211-228.

RAMOS, Leonardo C. S. **A Sociedade Civil em Tempos de Globalização: Uma Perspectiva Neogramsciana.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. PUC/RJ: Rio de Janeiro, 2005.

RENOUVIN, Pierre. **Introdução à história das relações internacionais.** Rio de Janeiro: Difusão Europeia do livro, 1967.

ROSENBERG, Justin. **The empire of civil society.** A critique of the realist theory of international relations. Verso: Londres, 1994.

ROSS, Andrew. **The Theory and Practice of International Relations: Contending Analytical Perspectives.** In: Richmond M. Lloyd et al., eds., *Strategy and Force Planning*, 4th ed. Newport: U.S. Naval War College Press, 2004.

SAID, Edward. **Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura S. **Reconhecer para libertar.** Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SATO, Eiiti. **Relações Internacionais: a Importância da Reflexão Teórica.** *Revista de Economia e Relações Internacionais (FAAP)*. Vol. 5, nº 9, jul/2006.

SMITH, Steve. **The discipline of international relations: still an American social science?** *British Journal of Politics and International Relations*, Vol. 2, No. 3, October 2000, pp. 374-402.

STEINERT, Marlis. A decisão em matéria de política externa. Ensaio sobre a utilização das teorias. In: DUROSELLE, Jean B. **Todo Império Perecerá.** Teoria das Relações Internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

TUCÍDIDES. **História da Guerra no Peloponeso.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa e Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. (Clássicos IPRI, 2).



VELASCO e CRUZ, Sebastião. **Um Outro Olhar:** Sobre a análise gramsciana das organizações internacionais Rev. Bras. Ciências. Sociais. v.15 n.42 São Paulo, fev. 2000.

VIGEVANI, Tullo. **O contencioso Brasil x Estados Unidos da informática:** uma análise sobre formulação da política exterior. São Paulo: Alfa Omega: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Politics of the World-Economy.** The States, the Movements and the Civilizations. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WALT, Stephen. **Is IR still ‘an American social science?’**. Foreign Policy Review, june, 2011. Disponível em: [http://walt.foreignpolicy.com/posts/2011/06/06/is\\_ir\\_still\\_an\\_american\\_social\\_science](http://walt.foreignpolicy.com/posts/2011/06/06/is_ir_still_an_american_social_science).

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics.** New York: McGraw-Hill, 1979.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das relações internacionais.** Lisboa: Gradiva, 2002.

WENDT, Alexander. **The Agent-Structure Problem in International Relations.** *International Organization*, v. 41, n. 3, 1987. p. 335-370.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it:** the social construction of power politics. *International Organization*, vol. 46, no. 2, 1992. pp. 391-425.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa e Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.